

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO *FRONT* COM A MINERAÇÃO NO JEQUITINHONHA: ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

Aline Weber Sulzbacher¹
Izabella Aléxia Carneiro Santos²
Clebson de Souza Almeida³

Resumo

Considerando contexto de avanço de tensões e conflitos nos territórios ao longo do rio Jequitinhonha (MG), apresentamos reflexões e análise da situação dos povos e comunidades tradicionais frente à implementação de empreendimentos vinculados à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento, com ênfase para o setor mineral. Os procedimentos metodológicos envolvem um percurso formativo, de leituras e análises sobre a realidade dos sujeitos, comunidades e povos em resistência, estudo de materiais bibliográficos, documentos e de análise de dados secundários do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE). Os resultados indicam que houve um aumento expressivo e contínuo do número de processos minerários registrados nos últimos 20 anos no Vale do Jequitinhonha, principalmente para as substâncias minério de ferro e do lítio, sendo que a maior parte está sobreposta à áreas de territórios tradicionais. Portanto, indica-se que há contexto de conflitos territoriais que gera insegurança jurídica e de violências, inclusive simbólicas, que desdobra em demandas por acesso à direitos e de apoio de assessorias, pesquisa e extensão universitária para compreender a situação dos territórios e estratégias para garantia dos direitos territoriais.

Palavras-chave: Direitos territoriais; Lítio; Vale do Jequitinhonha; Água; Minério de Ferro.

Resumen

Considerando el contexto de avance de las tensiones y conflictos en los territorios ribereños del río Jequitinhonha (MG), presentamos reflexiones y análisis de la situación de los pueblos y comunidades tradicionales frente a la implementación de proyectos vinculados a la lógica de los grandes proyectos de desarrollo, con énfasis en el sector minero. Los procedimientos metodológicos involucran un proceso formativo de lectura y análisis de la realidad de los sujetos, comunidades y pueblos en resistencia, estudiando materiales bibliográficos, documentos y analizando datos secundarios del Sistema de Información Geográfica Minera (SIGMINE). Los resultados indican que ha habido un aumento significativo y continuo en el número de procesos mineros registrados en los últimos 20 años en el Valle de Jequitinhonha, principalmente de mineral de hierro y litio, la mayoría de los cuales se superponen con áreas de territorios tradicionales. Por lo tanto, es evidente que existe un contexto de

¹ Pesquisadora do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro e professora do curso de Geografia, na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, campus Diamantina, aline.weber@ufvjm.edu.br

² Licenciada do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, izabella.alexia@ufvjm.edu.br

³ Pesquisador do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro e professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, campus Diamantina, clebson.almeida@ufvjm.edu.br

conflictos territoriales que genera inseguridad jurídica y violencia, incluso simbólica, lo que lleva a exigir el acceso a los derechos y el apoyo de los servicios de asesoramiento, investigación y extensión universitaria para comprender la situación de los territorios y las estrategias para garantizar los derechos territoriales.

Palabras clave: Derechos sobre la tierra; Lito; Valle de Jequitinhonha; Agua; Mineral de hierro.

INTRODUÇÃO

A região politicamente criada e nomeada como “Vale do Jequitinhonha” recebeu recentemente outra referência do Governo de Minas Gerais como “Vale do Lítio” repaginando seu histórico papel na divisão territorial do trabalho: a extração de bens minerais para atender às demandas dos países centrais. Essa nova nomenclatura retomou os olhares, inclusive internacionais, para os territórios do Jequitinhonha e tem desencadeado conflitos territoriais marcados pela especulação fundiária, expropriação de terras, precarização das condições de vida, insegurança jurídica e violências (simbólicas, medo, coerção etc.)

Atualmente, os territórios do Jequitinhonha - esse rio de extensão federal, que percorre cerca de mil quilômetros da nascente à foz, do município de Serro (MG) à Belmonte (BA) - enfrentam o emblemático desafio de fazer frente aos empreendimentos de mineração ligados à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): 1) projeto Minas-Rio da multinacional Anglo American, projeto Serro do Grupo Herculano Mineração (CONEMP) e o projeto Céu Aberto da Onix Céu Aberto S.A, ambos no médio Espinhaço com impactos tanto na bacia do Rio Doce, quanto na bacia do Rio Jequitinhonha, cujas operações estão voltadas para a exploração de minério de ferro; 2) projeto Bloco 8, da Sul Americana de Metais (SAM), situado na transição entre a bacia do Rio Jequitinhonha e o Rio Pardo envolvendo municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Salinas e Rio Pardo de Minas em fase de licenciamento e também para exploração de minério de ferro; 3) projeto Grota do Cirilo, da Sigma Lithium, vinculado à exploração das substâncias lítio ou minério de lítio, situado na margem do rio Jequitinhonha, nas áreas dos municípios de Araçuaí e Itinga, em fase de operação.

Diante dessa conjuntura, apresentamos este texto com o objetivo de discutir e analisar a situação dos povos e comunidades tradicionais nos territórios do Jequitinhonha frente à implementação de empreendimentos vinculados à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos incluem as atividades de formação, pesquisa e extensão realizadas por meio do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro - grupo interdisciplinar vinculado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Especificamente neste texto apresentamos questões e resultados dos projetos de pesquisa de iniciação científica (IC), com financiamento (bolsa) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG): “Processos Minerários, Situação Agrária e Conflitos no Jequitinhonha” (Edital 005/2022- PIBIC/FAPEMIG, Registro PRPPG/UFVJM 7022022 - encerrado em outubro de 2023) e “Conflitos territoriais e processos minerários no semiárido mineiro” (Edital 004/2023- PIBIC/FAPEMIG, Registro PRPPG/UFVJM 7772023 - em andamento). Tais projetos propiciam a realização de atividades de pesquisa e de formação, com encontros quinzenais envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação, principalmente do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais.

Outro relevante projeto é o de “Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais - formação e inclusão sociopolítica”, coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais com a parceria e apoio da UFVJM, do Instituto Federal do Norte de Minas - campus Araçuaí, da Comissão Pastoral da Terra - CPT, com a Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha - COQUIVALE, com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV, com o poder público municipal e diversos sindicatos de trabalhadores(as) rurais da região. Esta ação conjunta permitiu incursões em campo (de estudantes e professores) para atividades em organizações sociais e populares que atuam junto aos povos e comunidades tradicionais.

As questões aqui apresentadas envolvem um percurso formativo e de produção de leituras e análises sobre a realidade dos sujeitos, comunidades e povos em resistência aos empreendimentos de mineração ao longo do Jequitinhonha. Esse percurso envolve permanente pesquisa e estudo de materiais bibliográficos, documentos (como os EIA-RIMA, notícias publicadas principalmente em meio digital, redes sociais etc.) e de análise de dados secundários do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE). Esta plataforma contém informações atualizadas relativas às áreas dos processos minerários cadastrados na Agência Nacional de Mineração (ANM), com dados sobre as poligonais de processos minerários ativos no Estado de Minas Gerais, dos quais realizamos o recorte espacial dos municípios da bacia do rio Jequitinhonha com uso do software QGIS, no período

de 1948 até abril de 2023. Incluímos, também, análise de dados do Observatório Brasileiro de Conflitos da Mineração (OBCM) do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

As discussões foram sistematizadas e serão apresentadas a partir de dois tópicos: i) as problemáticas e conflitos relacionados à terra/territórios no Jequitinhonha, com destaque para as diferentes formas de relação entre sociedade e natureza, neodesenvolvimentismo e Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs); ii) os desafios atuais e atualizações nas formas de acumulação de capital.

A REINVENÇÃO DA HERANÇA COLONIAL

As problemáticas e conflitos que envolvem a terra e os territórios no Jequitinhonha colocam em evidência diferentes modos de relação entre sociedade e natureza, traz outras valorações para os bens comuns e, em geral, são pautas das organizações populares do campo e da cidade. Tratamos, portanto, dos conflitos territoriais nesta perspectiva mais ampla, que contempla a disputa dos bens comuns entre, pelo menos, duas lógicas: uma baseada na rentabilidade do capital, e a outra baseada na função social, nos valores de uso e das necessidades sociais pautadas pela vida digna à todos(as) em sintonia com os direitos da Natureza.

Tais questões atualizam a questão agrária brasileira, conforme afirma Gonçalves et. al. (2018, p. 353): “os conflitos pela terra, água e subsolo estão na centralidade da questão agrária brasileira contemporânea”. É inegável suas raízes no processo colonial com desdobramentos na estrutura fundiária brasileira marcada pela concentração do controle da propriedade da terra. Há que considerar que a produção social no espaço agrário contempla diversidade de relações entre sociedade e natureza que compõe territórios, muitos forjados em frentes de resistência, e outros tantos suplantados frente às incidências da modernização conservadora da agricultura e dos grandes projetos de desenvolvimento – como as hidrelétricas, monocultivos de eucalipto, mineração etc.

Conforme pesquisas em andamento, analisar e entender a correlação entre a questão agrária e a mineração é um dos temas que tem nos instigado, principalmente considerando a necessidade de compreender e caracterizar os conflitos territoriais que estão sendo vivenciados e denunciados por sujeitos, povos, comunidades, organizações dos territórios do semiárido mineiro, frente aos conflitos e violências vividos em situação de acirramento das fronteiras – conjugando dimensão agrária, hídrica, agrícola e mineral.

No escopo da lógica neodesenvolvimentista, em escala nacional, os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) (ALENTEJANO e TAVARES, 2019) foram determinantes no processo de produção e reconfiguração do espaço territorial, cuja implementação inspira-se na teoria dos pólos de crescimento, do desenvolvimento local/regional e, no século XXI, atualizados a partir de conceitos como neodesenvolvimentismo, consenso das commodities e acumulação por espoliação. Em resumo da pesquisa, os autores indicam:

[...] o neodesenvolvimentismo atualiza a noção de desenvolvimento nacional impulsionada pela implementação de grandes projetos; reforça a posição subordinada do capitalismo brasileiro no cenário global, num processo de reprimarização das exportações e sob a hegemonia do capital financeiro; intensifica e amplia significativamente a desigualdade socioambiental no território nacional e deixa evidente seus limites como modelo de desenvolvimento no momento em que as condições globais são desfavoráveis para sustentar o pacto (ou a política) de conciliação de classes. (ALENTEJANO e TAVARES, 2019, p. 190).

Todos estes processos impactam a dinâmica econômica, social e ambiental, mas não alteram substancialmente a estrutura fundiária. Ao contrário, implicam em processos de regularização fundiária para a titulação de terras em que não se reconhecem as áreas de posse, historicamente ocupadas por sujeitos, povos e comunidades, nem os valores consuetudinários que estruturam seus territórios de vida - entendemos tais questões como centrais no conceito de conflitos territoriais. Portanto, seguem vigentes as formas de expropriação e de espoliação, conforme aponta Harvey (2004, p. 121):

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual).

Evidencia-se que as formas violentas de acumulação de capital não se limitam à gênese do capitalismo, ao contrário, elas atualizam-se constantemente. A cada momento histórico há uma atualização e de acordo com o contexto espacial, como uma das formas fundamentais de evitar crises de sobreacumulação do capital (ALENTEJANO E TAVARES, 2019, p. 211). Conforme pesquisa em andamento, o rio Jequitinhonha tem se apresentado tem sido alvo de conflitos e disputas por bens comuns como a terra, a água e os minérios.

A herança colonial no Jequitinhonha tem por base uma formação socioeconômica forjada em processos de expropriação: de minerais, nos ciclos do diamante, ouro e de outras

pedras preciosas; das terras, dos bichos e das matas, por meio do desmatamento para a extração das madeiras, a instalação de fazendas e da monocultura; e das gentes, no século XXI com a migração de trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva de acesso à empregos formais ou informais, sazonais em estados como São Paulo. Conforme Fávero e Monteiro (2014, p. 08):

As riquezas naturais (pedras preciosas, biodiversidade, recursos hídricos, rochas raras, etc.) fazem com que a região seja vista, desde o início da colonização europeia, como local de extração e espoliação. Nas últimas décadas, no ensejo do estigma de Vale da Miséria, órgãos estatais e empresas privadas têm implantado projetos visando a promoção do desenvolvimento regional a partir de empreendimentos de grande porte que continuam a extrair tais riquezas. Os principais projetos apoiados e fomentados pelo governo estadual no Vale do Jequitinhonha estão ligados à produção de energia (hidroelétrica e carvão-combustível), para abastecer o polo siderúrgico do estado, e de matéria-prima para as empresas de celulose e papel.

Tais processos - que versam sobre a herança colonial no Jequitinhonha - se assemelham com os que são analisados por Packer (2020) ao discutir o desmatamento e a grilagem como método histórico para o roubo de terras públicas e dos bens comuns e sua relação com a expansão da fronteira agrícola:

Com a terra “limpa” – de vegetação e de gente –, primeiro há a introdução do gado, para o chamado “amansamento da terra”, para, anos mais tarde, se iniciar a instalação de extensos monocultivos, principalmente de soja. Todo esse **ciclo de violência e ilegalidade pode ser apagado com processos renovados de regularização – ambiental e fundiária – e a produção advinda dessas áreas passa a compor, inclusive, cadeias globais sustentáveis.** (PACKER, 2020, p. 139/140. Grifo nosso).

Atualmente, os empreendimentos ligados à mineração apresentam uma narrativa de compromisso com a sustentabilidade justificada inclusive para o enfrentamento à mudança climática e ao aquecimento global. Neste escopo, está em voga um novo conceito, o de minerais críticos ou estratégicos, dos quais o Lítio e Grafita são encontrados na região conforme Castro et al. (2022, p. 07):

Uma síntese das definições adotadas nos Estados Unidos e União Europeia possibilita conceituar como matérias-primas críticas e, dentre essas os minerais críticos, aqueles com significativa contribuição para suas cadeias produtivas. Constituem-se, assim, substâncias minerais vitais para o desenvolvimento econômico e funcionamento das linhas de produção dos países, mas cujo suprimento pode envolver riscos devido a diversas questões, tais como: escassez minerogeológica, dinâmicas geopolíticas, regulações comerciais, instabilidade política ou de infraestrutura, entre outros fatores.

O conceito de minerais críticos é comumente usado por países que são consumidores de determinada matéria-prima, portanto não possuem reservas destes minerais em seus territórios, sendo necessário sua importação. Deste modo, são considerados incertos em seus

mercados por suas especificidades. Por outro lado, o conceito de minerais estratégicos é utilizado pelos países que possuem aquela matéria prima em abundância, mesmo considerando que os minerais são fontes não renováveis. A título de exemplo, o nióbio é considerado para a China como uma matéria-prima crítica, enquanto para o Brasil é considerada estratégica por ser o maior produtor mundial.

Assim, as questões levantadas como problemas globais - para os quais as soluções são a intensificação da exploração dos bens comuns em determinados locais - implicam na expropriação de povos e o aniquilamento da biodiversidade nos territórios. Estas evidenciam um cenário de confronto, com situações de *front*, entre uma perspectiva dos atores hegemônicos e perspectivas plurais de atores que indicam r-existências (Porto-Gonçalves et. al. 2015) contra hegemônicas expressas nas experiências e modos de vida que se conectam à dinâmica da natureza, das águas, como condição para a reprodução de vida, permanência, existência social e cultural das comunidades.

Indicamos a situação de *front*, de fronteira, pois as disputas envolvem diferentes dimensões da vida social – ganham evidencia nas narrativas dos meios de comunicação, nas redes sociais, na colonialidade implícita em valores e crenças que reproduzem hierarquias étnicas, e apresentam uma dimensão espacial marcada na disputa por terra e pela apropriação dos bens comuns. É exemplar que os empreendimentos atuem com foco em “recursos” que resguardem retorno dos investimentos e, para tal, demandam de uma planta industrial estrategicamente localizada para a extração dos bens minerais. Neste contexto, a água é tratada apenas como recurso mineral de viabilização da exploração do solo, mesmo diante de uma região em que as estimativas apontam cerca de 120 municípios na categoria “área suscetível à desertificação” ou “áreas de entorno, susceptível à desertificação”.

A herança colonial é reinventada no Vale do Jequitinhonha a partir da conjugação da fronteira mineral e agrária com perspectiva de atender as demandas da modernidade, da revolução tecnológica em curso, e da crise ecológica que marca o atual momento histórico da humanidade. Na Figura 01 e 02 reproduzimos dois mapas elaborados considerando a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha (em sua porção em Minas Gerais) e a sobreposição dos polígonos de processos minerários no período de 1970 até 1999 (Fig. 1) e de 2000 até 2018 (Fig. 2). No período de 2001 até 2021 houve um aumento de 728% no número de processos minerários registrados para os territórios do Jequitinhonha e do Mucuri. Dos 5368 processos minerários registrados até 2021, 3248 processos estavam em fase de autorização de pesquisa – o que implica em permissão para acesso ao subsolo que é ocupado por diferentes sujeitos,

povos e comunidades tradicionais – sem a efetiva e devida consulta livre, prévia e informada destes.

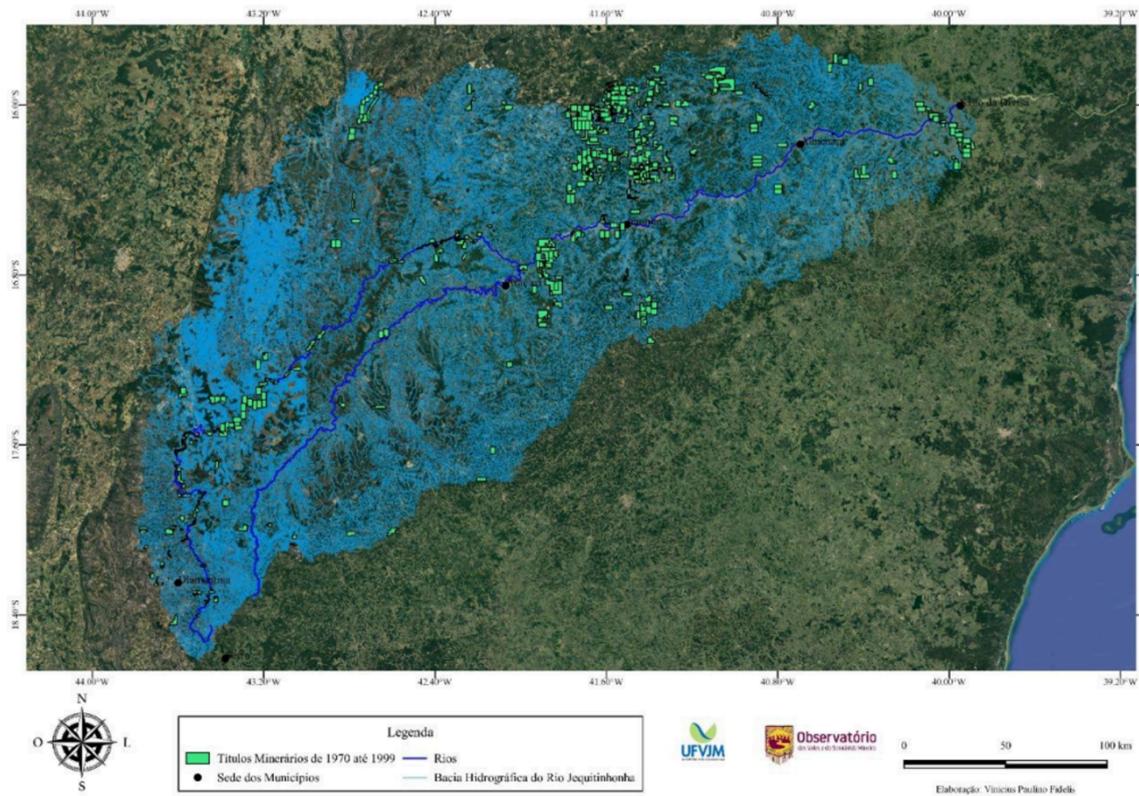


Figura 01 – Polígonos de processos minerários no período de 1970 até 1999

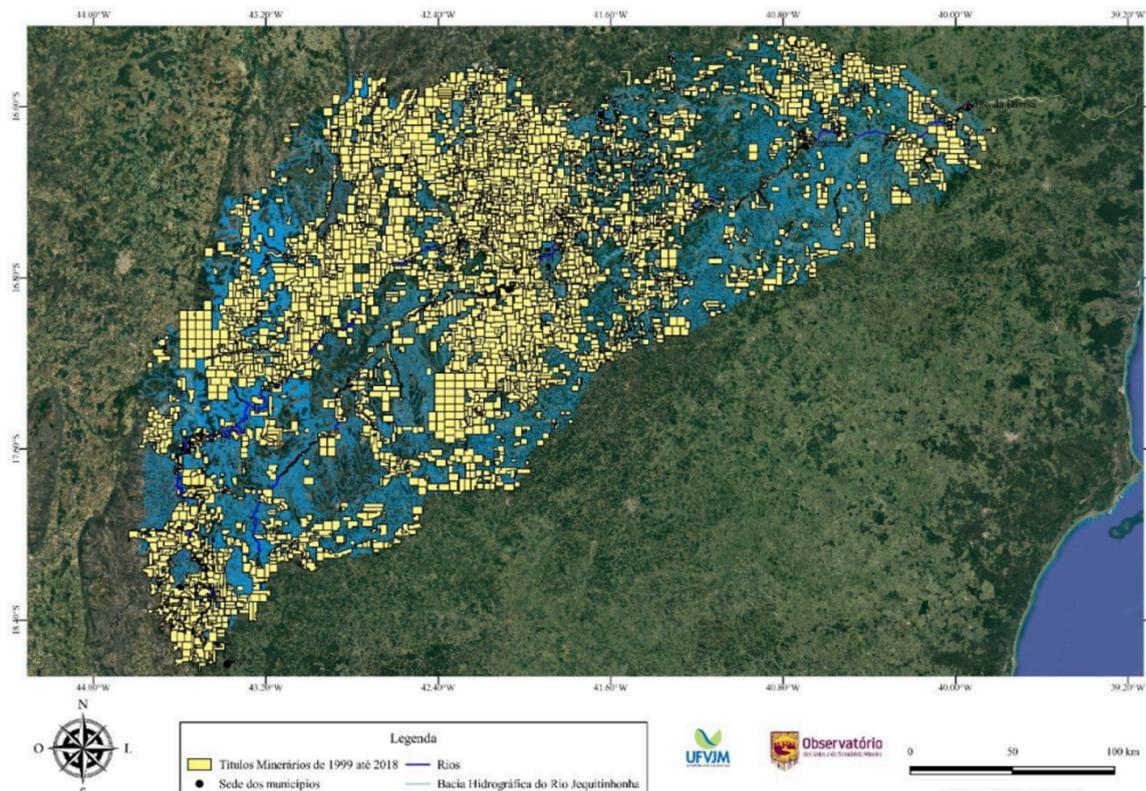


Figura 02 – Polígonos de processos minerários no período de 2000 até 2018

OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Frente a tantas investidas do capital privado e estatal, estão os povos e comunidades tradicionais em resistência. Conforme dados publicados pela Fundação Cultural Palmares em 06 de julho de 2023, há no Vale do Jequitinhonha um total de 155 comunidades quilombolas certificadas e 04 em fase de análise técnica ou de complementação de documentos, totalizando 159.

Para além destas, vale considerar ainda um sem número de comunidades quilombolas que já se autodefiniram mas, que ainda estão em processo de organização documental, bem como outras tantas invisibilizadas que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer os seus direitos e políticas públicas vinculadas à identidade. Destacam-se ainda pelo menos 05 etnias indígenas (Aranã, Pankararu, Pataxó, Maxakali e Tupinambá) que há séculos defendem o rio e seus territórios com suas próprias vidas.

Nas vazantes, grotas, chapadas, campos, caatingas e outros tantos ambientes do Vale do Jequitinhonha, vivem também demais povos que se autodefinem como Pescadores Artesanais, Ribeirinhos, Extrativistas, Artesãos, Groteiro-Chapadeiros, Geraizeiros,

Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, além de diversos lavradores e agricultores familiares. Cada um ao seu modo, cultivando a terra e, concomitantemente, empunhando a lei para proteger a si e aos seus parentes não humanos.

Essa pluralidade de atores, de sujeitos, povos e comunidades, vive atualmente situação de tensão e em uma zona de permanente conflito decorrente do avanço da fronteira mineral que expõe esses territórios a contextos de “terra sem lei”. Além da incidência especulativa, há também a atuação de atores externos e internos para acelerar a “limpeza das terras e das gentes” de modo a diminuir a resistência, conflitos e eventuais denúncias que possam vir a comprometer a imagem e a narrativa de sustentabilidade (de responsabilidade social e ambiental) veiculada na mídia hegemônica por esses empreendimentos. A situação de insegurança jurídica é vivida principalmente pela histórica omissão do Estado no não reconhecimento dos direitos territoriais, da garantia do acesso à terra e da sua efetiva documentação formal (inclusive das áreas coletivas com usos consuetudinários).

Na Figura 03 apresentamos um retrato da situação em novembro de 2023 em recorte espacial do médio Jequitinhonha, com ênfase para porções da área municipal de Araçuaí e de Itinga em que destacamos indicamos os polígonos de processos minerários com autorização de pesquisa e as cinco comunidades que apresentaram registros de conflitos pela mineração conforme o Observatório dos Conflitos pela Mineração do Brasil – nenhuma destas comunidades tem protocolo de consulta e ou foram consultadas sobre a perspectiva de mineração em seus territórios.

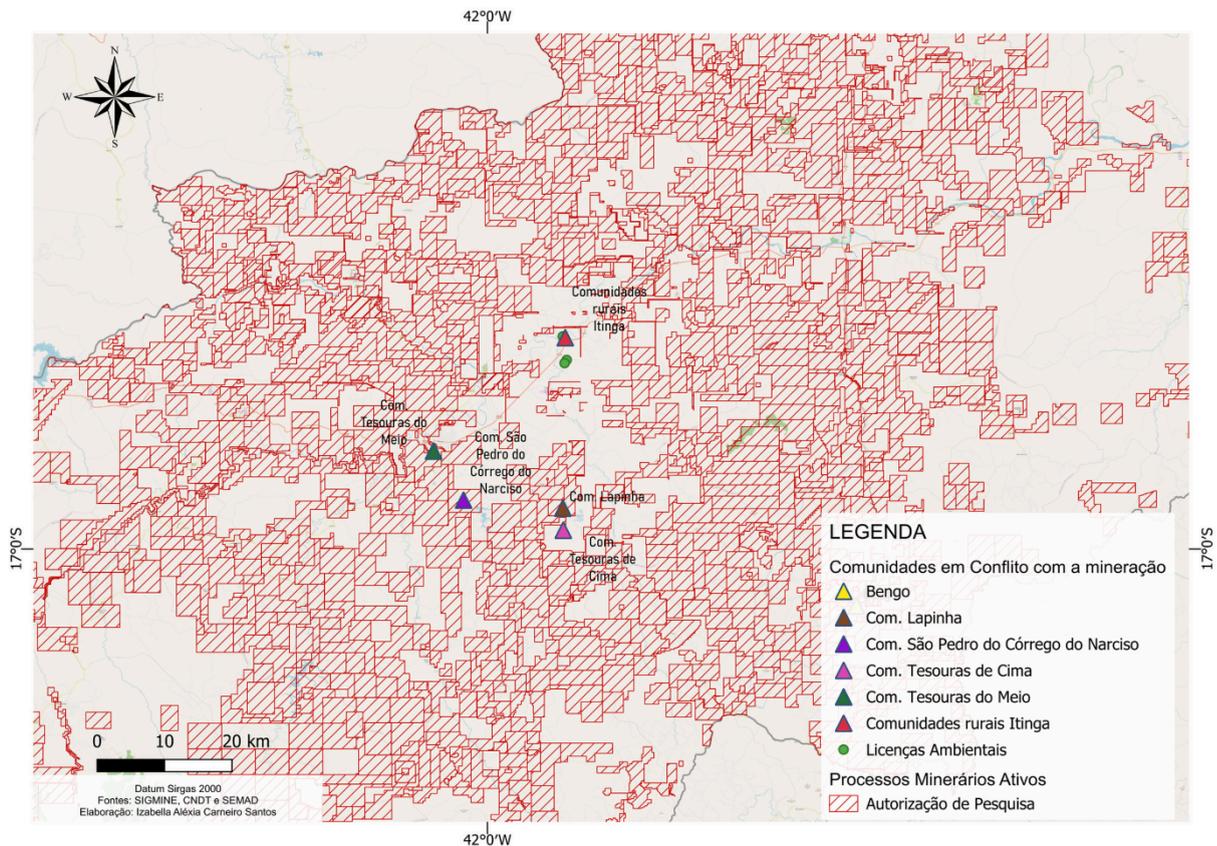


Figura 03 – Representação espacial de cinco comunidades tradicionais com processos minerários em fase de autorização de pesquisa sobrepostos aos seus territórios.

Assim se conforma um nítido contraste entre os projetos do capital e os projetos da população local, que busca a promoção de um envolvimento de baixo para cima. Soma-se a isso, os seus desdobramentos frutificados de processos organizativos desses povos, com diversas experiências que buscam enfrentar os discursos negativos em relação ao ambiente e ao clima, dando destaque à necessidade de investimentos públicos para o fomento de tecnologias sociais voltadas para a convivência com o semiárido, a exemplo da Articulação do Semiárido Mineiro (ASA), assim como para a regularização dos territórios tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aos processos minerários de minério de ferro e de lítio, para os municípios regionalizados como Vale do Jequitinhonha, indica uma tendência a um aumento significativo dos conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais com empreendimentos do setor. Esses conflitos se expressam nas várias violências já vividas pela população -

inclusive aquelas de omissão do Estado, na disputa pela água, por terra, por território, pelo direito à vida digna, pelos direitos da Natureza.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 190–233, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1620>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CASTRO, Fernando Ferreira de; PEITER, Carlos Cesar; GÓES, Geraldo Sandoval. **Minerais estratégicos e críticos**: uma visão internacional e da política mineral brasileira. Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

FÁVERO, Claudenir e MONTEIRO, Fernanda. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Revista Agriculturas**, v. 11, n. 3, out. 2014, p. 07-15.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. NEOEXTRATIVISMO LIBERAL-CONSERVADOR: a Política Mineral e a Questão Agrária no Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 348-395. DGEOC/CCEN/UFPB. João Pessoa, Paraíba, 2018.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PACKER, Larissa A. Regularização fundiária e ambiental de mercado para um cerceamento financeiro das terras e bens comuns no sul global. IN: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021, p. 139-150.